



EDITAL DE LICITAÇÃO
EDITAL – SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PREGÃO ELETRÔNICO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SRA/SP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022.
(Processo Administrativo nº 10880.100491/2022-05)

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo - SRA-SP, por meio da Equipe de Compras, sediada na Avenida Prestes Maia, 733 – 18º andar – Luz – São Paulo – SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 29/11/2022

Horário: 10:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço do item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes** nos imóveis administrados pela Superintendência de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (Edifício Sede e Complexo da Vila Maria), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 25000 - Ministério da Economia
- Fonte: 0300
- Programa de Trabalho: 0032
- Elemento de Despesa: 339039
- Plano Interno: S6421UNIDES

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
- 4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.4.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.5 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.6 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus

decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor total do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

6.11. No ato de entrega da proposta, na forma do artigo 5º, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, o representante legal do licitante apresentará declaração atestando a ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele mesmo normativo.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.25.1 por empresas brasileiras;
- 7.25.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

- 8.3. A inexecução dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.5. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecução da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre e com a Fazenda Estadual;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

9.11.1.1. **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** Declaração da empresa de que apresentará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato, comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio, devendo possuir uma das seguintes qualificações, em conformidade com o subitem 5.4.6 da Instrução Técnica n.º 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:

a) formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho;

b) o médico e o enfermeiro do trabalho exclusivamente pelo treinamento de primeiros socorros;

c) para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formado no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).

9.11.1.2. O profissional habilitado deverá obrigatoriamente ser credenciado no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, conforme Portaria do Cmt do CBMESP.

9.11.1.3. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.11.1.4. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.1.5. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.7. Deverá haver a comprovação que realizou **treinamento para Formação de 01 (uma) Brigada de Incêndio**.

9.11.1.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.9. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.10. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;

9.11.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.4. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

- 9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- 9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;
- 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 10.8. Juntamente com a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico os Anexos IV – Formulário de Identificação do Fornecedor e Anexo V – Termo de Declaração de Concordância e Veracidade SEI deste edital;

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3 apresentar documentação falsa;

20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6 não mantiver a proposta;

20.1.7 cometer fraude fiscal;

20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail eqcop.pregao.sp.sra@economia.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Prestes Maia, 733 - 18º andar - Luz - São Paulo - Capital.
- 21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Av. Prestes Maia, 733 - 18º andar - São Paulo-SP, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos.
- 22.12.2 ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.
- 22.12.3 ANEXO III - Modelo de Declaração de Conhecimento (Vistoria Facultativa).
- 22.12.4 ANEXO IV - Formulário de Identificação do Fornecedor.
- 22.12.5 ANEXO V - Termo de Declaração de Concordância e Veracidade SEI.
- 22.12.6 ANEXO VI - Planilha Modelo de Proposta de Preços.

....., ... de de 2022.

Assinatura da autoridade competente

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes nos imóveis administrados pela Superintendência de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (Edifício Sede e Complexo da Vila Maria) e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:**

1.1.1.

ITEM ÚNICO					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Assessoria para composição e manutenção mensal da Brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019 e itens constante da tabela acima.	MENSAL	12	R\$ 9.244,42	R\$ 110.933,05
				VALOR TOTAL:	R\$ 110.933,05

1.1.2. Detalhamento da tabela do item 1.1.1.

ITEM ÚNICO					
DETALHAMENTO DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1.1	Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP				
1.1.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$ 4.912,00	R\$ 4.912,00
1.1.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$ 2.100,00	R\$ 16.800,00
1.1.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$ 2.465,00	R\$ 19.720,00
1.1.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$ 995,60	R\$ 11.947,20
1.1.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$ 1.205,60	R\$ 2.411,20
1.1.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$ 3.660,00	R\$ 3.660,00
1.1.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	23,00	R\$ 198,43	R\$ 4.563,89
1.1.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	184,00	R\$ 99,50	R\$ 18.308,00
1.2	Complexo da Vila Maria				
1.2.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$ 4.912,00	R\$ 4.912,00
1.2.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$ 1.908,00	R\$ 1.908,00
1.2.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$ 2.480,00	R\$ 2.480,00
1.2.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$ 995,60	R\$ 11.947,20
1.2.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$ 1.205,60	R\$ 2.411,20
1.2.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$ 3.660,00	R\$ 3.660,00
1.2.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	2,00	R\$ 198,43	R\$ 396,86
1.2.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	9,00	R\$ 99,50	R\$ 895,50

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e conforme segue abaixo:

2.1.1. A formação da Brigada de Incêndio para atuação nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (Edifício Sede e Complexo da Vila Maria) visa, em caso de sinistro, a proteger a vida e o patrimônio, material e documental, reduzindo os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.

2.1.2. Quanto ao respaldo legal, esta contratação objetiva atender ao previsto nas legislações pertinentes, a seguir relacionadas:

a) **Instrução Técnica n.º 17/2019** do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da Brigada de Incêndio para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo);

b) **Lei n.º 6.514**, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela **Portaria n.º 3.214/78**, através da **Norma Regulamentadora n.º 23** do Ministério do Trabalho e Emprego (proteção contra incêndio) e suas alterações;

c) **NBRs 14.276:2020 da ABNT** (estabelece os requisitos mínimos para a composição, formação, implantação e reciclagem de Brigadas de Incêndio), **14.277:2021 da ABNT** (estabelece os requisitos mínimos exigíveis para instalação e equipamento para treinamento de combate a incêndio) e **15.219:2020 da ABNT** (Plano de emergência - Requisitos e procedimentos).

d) **Decreto Estadual n.º 63.911** de 10 de dezembro 2018 (Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Prover condições de maior segurança no Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo e no Complexo da Vila Maria (Depósito) com a formação e treinamento de Brigada de Incêndio para atuação nessas edificações, que estão sob a jurisdição da SRA/SP, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, material e documental, reduzindo os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio;

5.1.3. Duração inicial do contrato por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, em razão da natureza do objeto da licitação, conforme art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.4. Não há eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.5. A solução adotada para **Formação e Reciclagem da Brigada de Incêndio** para atuação na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros é de fácil localização e bem praticada no mercado com vários prestadores e que, portanto, não limita a participação dos interessados, possibilitando assim a ampla concorrência;

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato;

5.3. Não há necessidade de deslocamentos e de hospedagem.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade, sendo necessários, são aqueles listados abaixo, além de outros necessários e imprescindíveis:

6.1.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade, quando couber, previstos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

7. VISTORIA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas, que deverá ser previamente agendada através dos contatos abaixo:

LOCALIDADE	TELEFONE	CONTATO
SRA/SP - Depósito da Vila Maria	(11) 3535-8153	Simone Borges Lopes

- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista na **Instrução Técnica n.º 17/2019** do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e seus anexos, e conforme definido abaixo:
- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, na forma que segue:
- 8.1.1.1. Haverá uma reunião inicial com a comissão de fiscalização para definições e planejamento das atividades a serem executadas, relacionadas a seguir.
- a) **Composição da Brigada de Incêndio e emissão de relatório (item 8.2.1):** 60 (sessenta) dias;
 - b) **Recebimento e avaliação do item a):** 15 (quinze) dias;
 - c) **Curso de Formação ou Treinamento da Brigada de Incêndio (item 8.2.3):** 30 (trinta) dias;
 - d) **Reuniões ordinárias mensais:** conforme item 8.2.4, após a conclusão do item c);
 - e) **Reuniões extraordinárias:** conforme item 8.2.5, após a conclusão do item c);
 - f) **Exercício simulado de abandono de área:** conforme item 8.2.6, após a conclusão do item c);
 - g) **Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso:** 15 (quinze) após a conclusão do item c) e conforme item 8.2.7;
 - h) **Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista:** 15 (quinze) após a conclusão do item c) e conforme item 8.2.8;
- I - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- II - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.1.1.2. A Contratada deverá respeitar os horários definidos em reunião inicial com a Contratante para a execução dos serviços.
- 8.1.2. **Informações atualizadas dos Edifício Sede e Complexo da Vila Maria:** As edificações da SRA/SP por se tratarem de ambientes de serviço institucional, de acordo com o Anexo A, Tabela A.1 - Composição mínima da Brigada de Incêndio por pavimento, níveis de treinamento e da instalação - da Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo n.º 17/2019, possuem os seguintes enquadramentos/classificações:
- 8.1.2.1. **Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP:**
- a) Endereço: Avenida Prestes Maia, nº 733, CEP: 01031-001 – São Paulo/SP
 - b) **Em relação ao Grau de Risco de Incêndio:** Divisão D-1 (Escritórios - Anexo A da IT 14/2019), Médio (Tabela 3 do decreto 63911/2018);
 - c) **Em relação ao Nível de Treinamento e da Instalação:** Intermediário (Nota Geral "f", do Anexo A da IT 17/2019, cabine primária em espaço confinado no subsolo);
 - d) **Em relação ao Cálculo de Composição da Brigada:** Nota Específica nº 5, do Anexo A da IT 17/2019;
 - e) **População estimada:** 1.528 pessoas;
 - f) **Nº de brigadistas (estimado):** 184, conforme quadro abaixo:

ED. SEDE - População por Andar *		
Andar	População Fixa	Qtd. Brigadistas
1ª	99	10
2ª	110	11
3ª	28	6
4ª	7	4
5ª	111	11
6ª	108	11
7ª	95	10
8ª	72	9
9ª	74	9
10ª	80	9
11ª	68	8
12ª	54	7
13ª	40	6
14ª	96	10
15ª	0	0
16ª	152	14
17ª	92	10
18ª	89	10
19ª	23	5
20ª	42	7
21ª	53	7
22ª	16	5
23ª	19	5
TOTAL	1.528	184

*Levantamento de mai/22, excluídos Teletrabalho e terceirizados volantes.

8.1.2.2. Complexo da Vila Maria

- Endereço: Rua Ely, nº 1172, Vila Maria, CEP: 02114-012 - São Paulo/SP;
- Em relação ao Grau de Risco de Incêndio** : Divisão D-1 (Escritórios - Anexo A da IT 14/2019), Médio (Tabela 3 do decreto 63911/2018);
- Em relação ao Nível de Treinamento e da Instalação** : Básico (Nota Específica nº 8, do Anexo A da IT 17/2019);
- Em relação ao Cálculo de Composição da Brigada** : Nota Específica nº 5, do Anexo A da IT 17/2019;
- População**: 29 pessoas;
- Nº de brigadistas (estimado)**: 09, conforme quadro abaixo:

Complexo Vila Maria - População por Andar *		
Sector	População Fixa	Qtd. Brigadistas
Adm. Central	21	5
DIGEP	8	4
TOTAL	29	9

*Levantamento de mai/22, excluídos servidores em Teletrabalho.

8.2. Rotinas da execução dos Serviços:

8.2.1. Composição de brigada de Incêndio:

8.2.1.1. Inicialmente, a ser considerada apenas no primeiro ano de vigência, deverá ser elaborada documentação, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, contemplando todas as atividades previstas na IT 17/2019, a seguir relacionadas:

- Composição da brigada de incêndio;
- Organização da brigada;
- Organograma da brigada de incêndio;
- Programa do curso de brigada de incêndio;
- Atribuições da brigada de incêndio;
- Procedimentos básicos de emergência (incluso elaboração de apresentação institucional em mídia digital para divulgação em meios de comunicação da contratante);
- Controle do programa de brigada de incêndio;
- Procedimentos complementares;
- Implantação da brigada de incêndio;
- Certificação e avaliação.

8.2.1.2. Conforme exigências do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Norma Brasileira 14.276/99, Portaria do Ministério do Trabalho 3214 de 08 de Junho de 1978, Norma Regulamentadora NR23 e IT 17 – item 5.9.1 ou outras normas que porventura vierem a substituí-las, a CONTRATADA deverá em conjunto com a Brigada de Incêndio elaborar Plano de Abandono de Área que permita o rápido e seguro abandono de áreas sinistradas.

8.2.1.3. Caberá à CONTRATANTE convocar e exigir o comparecimento dos brigadistas treinados, a fim de alinhar os detalhes para a simulação do abandono. Os Brigadistas realizarão as ações práticas dos simulados de abandono de área sob a supervisão da CONTRATADA, sendo envolvidos todos os ocupantes da edificação. Os órgãos competentes tais como o Corpo de Bombeiro, CET e outros, em caso de necessidade, deverão ser comunicados pelos

setores responsáveis da CONTRATANTE sob orientação da CONTRATADA. O desempenho deve seguir o especificado nas normas vigentes.

8.2.2. Reciclagem/Atualização de Treinamento da Brigada de Incêndio:

8.2.2.1. Após o primeiro ano de vigência, a Contratada deverá realizar a atualização de Treinamento da Brigada de Incêndio, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, com a emissão de atestado de brigada de incêndio, contemplando o previsto na IT 17/2019;

8.2.2.2. Por se tratar de atualização, será realizado somente a parte prática, conforme conteúdo programático previsto na tabela B.1 e carga horária prevista na tabela B.2, ambas da IT 17/2019.

8.2.3. Curso de Formação ou Treinamento da Brigada de Incêndio:

8.2.3.1. Para atuação, nas edificações da SRA/SP (Edifício Sede e Complexo da Vila da Maria), na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio, conforme currículo mínimo exigido na Instrução Técnica Normativa nº 17/2019 - Brigada de Incêndio - do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

8.2.3.2. Deverão ser selecionados candidatos que atendam ao maior número possível dos requisitos previstos no item 5.2 da IT 17/2019.

8.2.3.3. Modalidade e carga horária:

- a) Para fins de instrução prática e teórica, os grupos/turmas de alunos do curso de formação ou atualização da brigada de incêndio devem ser compostos de, no máximo, 30 (trinta) alunos.
- b) O treinamento deverá ser realizado na modalidade presencial (teórica e prática) e terá a duração de no máximo 2 (dois) dias, com no mínimo 3 (três) horas de treinamento total por dia, computados eventuais atrasos e/ou intervalos, de acordo com o módulo e carga horária mínima por nível de treinamento (tabela B.2 do Anexo B da IT 17/2019). Deverá ser realizado durante o horário administrativo, previamente acordado com a CONTRATANTE.
- c) Em se mantendo o estado de emergência em Saúde Pública de importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), todo o treinamento deverá atender a legislação específica relacionada ao distanciamento social, utilização de máscaras de proteção em tempo integral e à higienização e procedimentos de descontaminação.

8.2.3.4. Datas e Participantes de cada Turma:

- a) A ser definido previamente com a CONTRATANTE.

8.2.3.5. Qualificação dos instrutores/facilitadores:

8.2.3.5.1. Em conformidade com o subitem 5.4.6 da Instrução Técnica nº 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, o treinamento deverá ser ministrado por profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio deve ter uma das seguintes qualificações:

- a) formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho;
- b) o médico e o enfermeiro do trabalho exclusivamente pelo treinamento de primeiros socorros;
- c) para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formado no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).

8.2.3.5.2. O profissional habilitado deverá obrigatoriamente ser credenciado no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, conforme Portaria do Cmt do CBMESP.

8.2.3.6. Controle de participação:

- a) A CONTRATADA deverá elaborar uma lista de presença, contemplando a identificação da turma, data do treinamento, nome do participante e campo para assinatura, que será disponibilizada a CONTRATANTE em conjunto com a certificação.

8.2.3.7. Certificação:

- a) Desde que comprovada participação integral e atingido o percentual mínimo necessário de aproveitamento conforme itens 5.4.2 e 5.10 da IT nº 17/2019 do corpo de bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a CONTRATADA fornecerá ao brigadista certificado de conclusão de treinamento, contendo o nome, as horas/aula, e no verso o conteúdo programático;
 - b) Deverá ser fornecido ainda Certificado da Unidade para serem fixados na entrada principal e pavimentos da edificação, contendo informações básicas sobre o treinamento, quantidade de brigadistas formados, bem como Atestado de Brigada de Incêndio em que conste o nome da CONTRATADA, nome e registro do profissional no conselho de classe competente, juntamente com as listas de presença e avaliações;
 - c) O Certificado que será fixado na entrada principal deverá ser entregue devidamente emoldurado e protegido por material liso e transparente;
- I - Caso a formação ou atualização seja realizada por 02 (dois) instrutores em áreas diferentes (incêndio e primeiros socorros), o atestado de brigada de incêndio deve ser assinado por ambos.

8.2.3.8. Conteúdo programático:

- a) Para o Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP: Nível de **Treinamento Intermediário** (item 8.1.2.1 do Termo de Referência), conforme módulos, carga horária e conteúdo definidos na IT nº 17/2019;
- b) Para o complexo da Vila da Maria: Nível de **Treinamento Básico** (item 8.1.2.2 do Termo de Referência), conforme módulos, carga horária e conteúdo definidos na IT nº 17/2019.

Obs.: Para o Curso de Atualização/Reciclagem da Brigada de Incêndio, Nível Intermediário e Básico, deverá ser contemplado o treinamento apenas da parte prática.

Anexo B

Formação da brigada de incêndio (cont.)

Tabela B.2: Módulo e carga horária mínima por nível do treinamento

Nível do treinamento	Módulo	Carga horária mínima (horas)
Básico	Parte teórica de combate a incêndio: 01 a 14 Parte prática de combate a incêndio: 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 Parte teórica e prática de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias)	Teórica de combate a incêndio: 1 Prática de combate a incêndio: 2 Teórica e prática de primeiros socorros: 1
Intermediário	Parte teórica de combate a incêndio: 01 a 14, 19 e 20. Parte teórica de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias). Parte prática de combate a incêndio: 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Parte prática de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias).	Teórica de combate a incêndio: 2 Prática de combate a incêndio: 3 Teórica e prática de primeiros socorros: 3

NOTAS: 1) Os módulos podem ser realizados separadamente desde que não haja prejuízo na continuidade do aprendizado e da sequência lógica do conteúdo programático. 2) O responsável pelo treinamento da brigada deve adequar os conteúdos dos módulos a carga horária aplicável para cada nível de treinamento. 3) Os módulos para treinamento de brigada de incêndio, previstos na Tabela B.3, são recomendações e podem ser aplicados aos brigadistas como complemento da parte de combate a incêndio e da parte de primeiros socorros.		
--	--	--

Anexo B

Formação da brigada de incêndio

OBJETIVO: Proporcionar aos alunos conhecimentos para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros.

Tabela B.1: Conteúdo programático

Módulo	Assunto	Objetivos parte teórica	Objetivos parte prática
01 Introdução	Objetivos do curso de brigadista	Conhecer os objetivos gerais do curso e comportamento do brigadista	
02 Aspectos Legais	Responsabilidade do brigadista	Conhecer os aspectos legais relacionados a responsabilidade do brigadista	
03 Teoria do fogo	Combustão, seus elementos e a reação em cadeia	Conhecer a combustão, seus elementos, funções, temperaturas do fogo (por exemplo: ponto de fulgor, ignição e combustão) e a reação em cadeia	
04 Propagação do fogo	Condução, convecção e irradiação	Conhecer as formas de propagação do fogo	
05 Classes de incêndio	Classificação e características	Identificar as classes de incêndio	Reconhecer as classes de incêndio
06 Prevenção de incêndio	Técnicas de prevenção	Conhecer as técnicas de prevenção para avaliação dos riscos em potencial	
07 Métodos de extinção	Isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química	Conhecer os métodos e suas aplicações	Aplicar os métodos
08 Agentes extintores	Água, Pó, CO ₂ , espumas e outros	Conhecer os agentes, suas características e aplicações	Aplicar os agentes
09 EPI (equipamentos de proteção individual)	EPI	Conhecer os EPI necessários para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo	Utilizar os EPI corretamente
10 Equipamentos de combate a incêndio	Extintores e acessórios	Conhecer os equipamentos suas aplicações, manuseio e inspeções	Operar os equipamentos
11 Equipamentos de combate a incêndio	Hidrantes, mangueiras e acessórios	Conhecer os equipamentos suas aplicações, manuseio e inspeções	Operar os equipamentos
12 Equipamentos de detecção, alarme, luz de emergência e comunicações	Tipos e funcionamento	Conhecer os meios mais comuns de sistemas e manuseio	Identificar as formas de acionamento e desativação dos equipamentos
13 Abandono de área	Conceitos	Conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro e chamada e controle de pânico	

Módulo	Assunto	Objetivos parte teórica	Objetivos parte prática
14 Pessoas com mobilidade reduzida	Conceitos	Descrever as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com o plano de emergência da edificação	
15 Avaliação inicial	Avaliação do cenário, mecanismo de lesão e número de vítimas	Conhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, número de vítimas e o exame físico destas	Avaliar e reconhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, o número de vítimas e o exame físico destas
16 Vias aéreas	Causas de obstrução e liberação	Conhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes	Descrever os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes e promover a desobstrução
17RCP (reanimação cardiopulmonar)	Ventilação artificial e compressão cardíaca externa	Conhecer as técnicas de RCP para adultos, crianças e bebês	Praticar as técnicas de RCP
18 Hemorragias	Classificação e tratamento	Descrever as técnicas de hemostasia	Aplicar as técnicas de contenção de hemorragias
19 Riscos específicos da edificação	Conhecimento	Discutir os riscos específicos e o plano de emergência contra incêndio da edificação	
20 Psicologia em emergências	Conceitos	Conhecer a reação das pessoas em situações de emergência	
21 Sistema de controle de incidentes	Conceitos e procedimentos	Conhecer os conceitos e procedimentos relacionados ao sistema de controle de incidentes	
22 Emergências químicas e tecnológicas	Conceitos e procedimentos	Conhecer as normas e procedimentos relacionados às emergências químicas e tecnológicas	Aplicar as técnicas para emergências químicas e tecnológicas

Anexo B

Formação da brigada de incêndio (cont.)

Tabela B.3: Conteúdo complementar para treinamento de brigada (recomendação)

Módulo	Assunto	Objetivos parte teórica	Objetivos parte prática
01DEA	Desfibrilação semiautomática externa	Conhecer equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa precoce	Utilizar equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa precoce
02 Estado de choque	Classificação prevenção e tratamento	Conhecer os sinais, sintomas e técnicas de prevenção e tratamento	Aplicar as técnicas de prevenção e tratamento do estado de choque
03 Fraturas	Classificação e tratamento	Conhecer as fraturas abertas e fechadas e técnicas de imobilizações	Aplicar as técnicas de imobilizações
04 Ferimentos	Classificação e tratamento	Identificar os tipos de ferimentos localizados	Aplicar os cuidados específicos em ferimentos
05 Queimaduras	Classificação e tratamento	Conhecer os tipos (térmicas, químicas e elétricas) e os graus (primeiro, segundo e terceiro) das queimaduras	Aplicar as técnicas e procedimentos de socorro de queimaduras
06 Emergências clínicas	Reconhecimento e tratamento	Conhecer síncope, convulsões, AVC (acidente vascular cerebral), dispnéias, crises hiper e hipotensiva, IAM (infarto agudo do miocárdio), diabetes e hipoglicemia	Aplicar as técnicas de atendimento
07 Movimentação, remoção e transporte de vítimas	Avaliação e técnicas	Conhecer as técnicas de transporte de vítimas clínicas e traumáticas com suspeita de lesão na coluna vertebral	Aplicar as técnicas de movimentação, remoção e transporte de vítima
08 Ferramentas de salvamento	Corte, arrombamento, remoção e iluminação	Conhecer as ferramentas de salvamento	Utilizar as ferramentas de salvamento
09 Proteção respiratória	Conceitos e procedimentos	Conhecer os procedimentos para utilização dos equipamentos autônomos de proteção respiratória	Utilizar os EPR
10 Resgate de vítimas em espaços confinados	Avaliação e técnicas	Conhecer as normas e procedimentos para resgate de vítimas em espaços confinados	Aplicar as técnicas e os equipamentos para resgate de vítimas em espaços confinados
11 Resgate de vítimas em altura	Avaliação e técnicas	Conhecer as técnicas para resgate de vítimas em altura	Aplicar as técnicas e utilizar os equipamentos para resgate de vítimas em altura

Anexo A

Tabela A.2: Detalhamento do nível da Instalação para Treinamento Prático de Combate a Incêndio

Nível Básico

Equipamentos de Combate à Incêndio (ECI)	Extintores portáteis de CO ₂ , pó químico seco, água, espuma mecânica e pó ABC para demonstração de uso. Extintores sobre rodas devem ser disponibilizados quando houver na edificação. Hidrantes prediais quando houver.
Simuladores	Com características das classes de incêndio A,B ou C
Instalações	Não aplicável
Combustível	Aplicável somente quando autorizado pelo órgão ambiental, no tipo e quantidade aprovados.
Distância de segurança	Adequada ao treinamento, utilizando local seguro da própria edificação conforme avaliação do responsável pelo treinamento.
Proteção ao Meio Ambiente (PMA)	De acordo com a legislação vigente.
Segurança ao Usuário (SU)	Não aplicável

Nível Intermediário

ECI	Extintores portáteis de CO ₂ , pó químico seco e água, com a utilização de um agente extintor de cada tipo por participante. Deve ainda disponibilizar um extintor de espuma mecânica e um de pó ABC para demonstração de uso. Extintores sobre rodas devem ser disponibilizados quando solicitados. Além de sistemas de hidrantes
Simuladores	Fixos ou móveis, sendo: - para utilização de extintores portáteis e sobre rodas, quantidade mínima de três simuladores com formas diversas e dimensões variadas entre si, com capacidade extintora de 20 B e com características de cada uma das classes de incêndio A, B e C - para utilização de rede de hidrantes, quantidade mínima de dois simuladores com formas diversas e dimensões variadas entre si, para capacidade extintora de 20B e com características de cada uma das classes de incêndio A e B, permitindo a utilização de no mínimo duas linhas de mangueiras com diâmetro de 38 mm
Instalações	Casa da fumaça com dimensões mínimas de 15 m ³ , com divisões internas que permitam a formação de no mínimo dois ambientes interligados entre si, com uma porta de entrada e uma porta de saída com abertura no sentido "de fuga" e com dispositivo de abertura antipânico.
Combustível	Óleo diesel, gasolina, querosene ou álcool etílico, na forma pura, tolerando-se mistura entre estes produtos; GLP ou GN ou sólido combustível.
Distância de segurança	Adequada ao treinamento
PMA	De acordo com a legislação vigente
SU	- proteção contra incêndio em conformidade com a legislação vigente, independentemente dos ECI e agentes extintores usados no treinamento. - um kit de primeiros-socorros - um socorrista - EPI para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo - EPR para o instrutor e um carona, com autonomia mínima de 20 min. EPR para os alunos, quando utilizada fumaça tóxica. - ambulância de suporte básico (tipo B) - um auxiliar do instrutor

c) **Treinamento Teórico:** O conteúdo programático será fornecido aos alunos, em formato eletrônico, contendo no mínimo: apostila com o conteúdo abordado, slides da apresentação, avaliações do treinamento, fotos e vídeos de livre acesso na internet com demonstrativos de incêndio; bloco de anotação sem pauta; caneta esferográfica;

d) **Treinamento prático:** Para o treinamento prático de incêndio a CONTRATADA deverá dispor de no mínimo os insumos e equipamentos (incluindo fornecimento de extintores) previstos na tabela A.2 do Anexo A da IT 17/2019, incluída acima;

e) Os treinamentos serão realizados nas instalações das unidades da SRA/SP, relacionadas no item 8.1.2, devendo ser observadas as restrições características dos imóveis.

8.2.4. Reuniões ordinárias mensais:

8.2.4.1. A CONTRATADA deverá organizar e promover reuniões ordinárias mensais com os líderes da brigada, com registro em ata, dos assuntos que serão discutidos, conforme definidos na IT Nº17, item 5.7.1, ou outra norma que porventura vier a substituí-la.

- a) Elaboração de relatórios e consultoria, conforme a necessidade.

8.2.5. Reuniões extraordinárias

8.2.5.1. A CONTRATADA em conjunto com os líderes da brigada, após a ocorrência de um sinistro, ou quando identificada uma situação de risco iminente, deverão realizar uma reunião extraordinária para discussão e providências a serem tomadas. As decisões tomadas deverão ser enviadas às áreas competentes para as providências pertinentes.

- a) Elaboração de relatórios e consultoria, conforme a necessidade.

8.2.6. Exercício simulado de abandono de área

8.2.6.1. Deve ser realizado, no mínimo a cada 12 (doze) meses, com a participação de toda a população da edificação. Após o exercício, a CONTRATADA deverá convocar reunião extraordinária com a brigada de incêndio para avaliação e correção das falhas ocorridas, elaborando ata na qual conste:

- a) horário do evento;
- b) tempo gasto no abandono;
- c) tempo gasto no retorno;
- d) tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
- e) atuação da brigada;
- f) comportamento da população (se todos os empregados, independente do cargo que ocupam seguiram rigorosamente as instruções dos brigadista);
- g) ajuda externa, quando possível (Ex: PAM - Plano de Auxílio Mútuo, RINEM, etc.);
- h) falhas de equipamentos;
- i) falhas operacionais;
- j) demais problemas levantados na reunião.

8.2.6.2. A CONTRATADA deverá verificar se o Plano de Abandono de Área foi devidamente executado e se a brigada realizou as orientações necessárias a população da edificação para um abandono seguro.

8.2.7. Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso:

8.2.7.1. A CONTRATADA após a formação da Brigada de incêndio, deverá fornecer quadro emoldurado e com visores de material liso e transparente, contendo fotos impressas em papel fotográfico e nomes dos brigadistas responsáveis pelo respectivo andar e planta geral do pavimento, com informações relevantes a ser apresentado previamente à CONTRATANTE para aprovação.

8.2.8. Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista:

8.2.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer identificação aos brigadistas, conforme itens relacionado a seguir:

- a) Identificação pessoal através do fornecimento de braçadeira, colete, capacete, bonés ou botton, a ser previamente apresentada e aprovada pela CONTRATANTE.
- b) identificação do local de trabalho do brigadista através de: placas acrílicas, bandeirinha de mesa em tecido com sublimação do emblema da brigada de incêndio com base e haste, para identificação de membros da Brigada de Incêndio ou outra solução, a ser previamente apresentada e aprovada pela CONTRATANTE.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades necessárias e de boa qualidade, promovendo sua substituição quando necessária.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as características descritas no item 8 deste Termo de Referência, assim todas as informações relevantes constam deste documento e seus anexos.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo.
- 12.24. É de responsabilidade o recolhimento de resíduos decorrentes da contratação, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 12.25. A contratada deverá disponibilizar, durante a execução dos treinamentos, os Equipamentos de Segurança ao Usuário para proteção do corpo todo, de forma a protegê-los dos riscos específicos da edificação, conforme tabela A.2 do Anexo A da IT 17/2019, assim como todos os demais insumos e equipamentos, incluindo o fornecimento dos extintores.
- 12.26. Será de responsabilidade da CONTRATADA, o transporte dos materiais utilizados.
- 12.27. Será de responsabilidade da CONTRATADA, qualquer dano causado nos patrimônios da Contratante.
- 12.28. Todos os remanejamentos que se fizerem necessários, ficarão por conta da CONTRATADA, transporte de materiais usados e limpeza da área em geral.
- 12.29. No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como as demais despesas indispensáveis à realização dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável na que for pertinente à contratação.
- 15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no item 15 deste Termo de Referência.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato

dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \left(\frac{6}{100} \right)$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.1.1. Definiu-se pela não exigência de garantia, pois a prestação do serviço objeto desse termo de referência é de baixa complexidade, com baixo custo estimado, e de fácil aferição pela equipe de fiscalização da Contratante, sendo que o pagamento deste serviço será realizado ao final de cada etapa, de acordo com a sua unidade.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; ou
 - cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - Multa de:**
 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** Declaração da empresa de que apresentará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato, comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio, devendo possuir uma das seguintes qualificações, em conformidade com o subitem 5.4.6 da Instrução Técnica n.º 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:
- a) formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho;
- b) o médico e o enfermeiro do trabalho exclusivamente pelo treinamento de primeiros socorros;
- c) para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formado no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).
- 22.3.1.1. O profissional habilitado deverá obrigatoriamente ser credenciado no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, conforme Portaria do Cmt do CBMESP.
- 22.3.1.2. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

22.3.1.3. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.2.1.1 Deverá haver a comprovação que realizou **treinamento para Formação de 01 (uma) Brigada de Incêndio**.

22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: R\$ 110.933,05 (cento e dez mil novecentos e trinta e três reais e cinco centavos).

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do item.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 110.933,05 (cento e dez mil novecentos e trinta e três reais e cinco centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: 25000 - Ministério da Economia
- Fonte: 0300
- Programa de Trabalho: 0032
- Elemento de Despesa: 339039
- Plano Interno: S6421UNIDES
- Nota de Empenho: (o número da nota de empenho será informado posteriormente).

24.2. Anexos do Termo de Referência:

24.2.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar.

24.2.2. ANEXO II – Planta de Leiaute dos Pavimentos - Edifício Sede e Complexo da Vila Maria.

24.2.3. ANEXO III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Eduardo Luiz Ronchete da Silva – Equipe de Engenharia - EQENG/DRL/SRA-SP

Marcio Rodrigo Gasparini – Equipe de Engenharia - EQENG/DRL/SRA-SP

Paulo Victor Melo Sampaio – Equipe de Engenharia - EQENG/DRL/SRA-SP

Celso Fernandes - Responsável pela Equipe de Engenharia - EQENG/DRL/SRA-SP

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 10880.100491/2022-05

2. Informações Complementares

O Ministério da Economia, Órgão da estrutura da Administração Pública Federal, cuida basicamente da formulação e execução da política econômica, no desempenho de sua função institucional.

A Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (SRA/SP) é órgão da área meio dentro da estrutura organizacional do Ministério da Economia no Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria Executiva. De tal maneira, a SRA/SP segue as diretrizes e objetivos do Planejamento Estratégico Geral do Ministério da Economia em nível nacional, portanto, fazem parte de um planejamento estratégico sistêmico e integrado e atende as necessidades dos Órgãos atrelados ao Ministério da Economia para melhor atendimento no planejamento, gestão e execução de suas atividades administrativas.

O Decreto nº 9.745 de 08/04/2019, definiu as competências regimentais e a estrutura organizacional do Ministério da Economia, integrando as estruturas administrativas nas unidades descentralizadas, visando a eficiência e eficácia dos serviços.

Desta forma, esta contratação está alinhada ao objetivo estratégico no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia nas contratações de serviços.

Principais normativos que disciplinam os serviços as serem contratados são:

- Lei nº 8.666/1993: Licitações;
- Lei nº 10.520/2002: Pregão;
- IN SEGES/MP nº 05/2017 – MP, de maio 2017 – Diretrizes do procedimento de contratação de serviços da Administração Pública Federal;
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- ABNT NBR 14.276:2020 - Brigada de incêndio e emergência - Requisitos e procedimentos.
- ABNT NBR 14.277:2021 - Instalações e equipamentos para treinamentos de combate a incêndio e resgate técnico - Requisitos e procedimentos.
- ABNT NBR 15.219:2020 - Plano de emergência - Requisitos e procedimentos
- Decreto nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 - Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
- Instrução Técnica nº 17/2019 - Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da Brigada de Incêndio para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo.
- Norma Regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e Emprego - Proteção contra incêndio e suas alterações.

Análise da contratação anterior, série histórica, identificando as inconsistências ocorridas: Não foi encontrada contratação anterior com todos os materiais e serviços constantes neste estudo preliminar.

Classificação da natureza dos serviços em cumprimento a lei 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011: não se aplica.

Equipe de Planejamento (documento SEI nº 23707882 e 23723783):

Como responsáveis por efetuar os Estudos Preliminares, Pesquisas de Preços, Planilha de Formação de Custos, Gestão de Riscos e subsidiar as informações para elaboração do Termo de Referência:

- Márcio Rodrigo Gasparini - Engenheiro Civil - Matrícula 3157711 - CPF ***.559.198-**.
- Eduardo Luiz Ronchete da Silva - Engenheiro Eletricista - Matrícula 3193313 - CPF: ***.062.738-**.
- Paulo Victor Melo Sampaio - Engenheiro Civil - Matrícula 3160095 - CPF: ***.780.983-**

Como responsáveis pelo agendamento e coordenação das reuniões de planejamento, levantamento de contratações recentes, análise do atendimento ao parecer da última contratação de mesmo objeto (SRA), apoio à elaboração dos documentos de planejamento: Estudos Técnicos Preliminares Digital (ETP Digital), informações para a elaboração da Minuta do Termo de Referência, Mapas de Riscos e Justificativas:

- Marcos Pesqueira Mendonça - Analista Técnico Administrativo - SIAPE 2124614 - CPF ***.853.298-**.
- Patricia Dessimoni Raucci Mendonça - Assistente Técnico Administrativo - SIAPE 1753774 - CPF: ***.817.528-**.

Como responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e Edital:

- Aline Ferreira Cajuhi - Assistente Técnico Administrativo - SIAPE: 1756929 - CPF ***.090.618-**
- Rodrigo Sayegh - Auditor Federal de Finanças e Controle - SIAPE 1369897 - CPF: ***.801.878-**.
- Margarete Pereira - Agente Administrativo - SIAPE: 99406 - CPF: ***.267.338-**.

3. Descrição da necessidade

A Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (SRA/SP) é órgão da área meio dentro da estrutura organizacional do Ministério da Economia no Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria Executiva. De tal maneira, a SRA/SP segue as diretrizes e objetivos do Planejamento Estratégico Geral do Ministério da Economia em nível nacional, portanto, fazem parte de um planejamento estratégico sistêmico e integrado e atende as necessidades dos Órgãos atrelados ao Ministério da Economia para melhor atendimento no planejamento, gestão e execução de suas atividades administrativas.

A justificativa para a contratação em questão advém da necessidade de maior segurança nos Edifícios Sede do Ministério da Economia em São Paulo com a formação e treinamento de Brigada de Incêndio para atuação nas edificações que estão sob a jurisdição da SRA/SP (Edifício Sede e Complexo da Vila da Maria), na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, material e documental, reduzindo os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.

Dentre os principais benefícios que serão auferidos pela Administração com essa contratação está a formação e treinamento de Brigada de Incêndio para atuação nas edificações que estão sob a jurisdição da SRA/SP, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que

poderá atuar no apoio. É importante observar que não estão inclusos projetos e serviços que se façam necessários para a obtenção do AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros junto ao Corpo de Bombeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMSP).

Desta forma, esta contratação está alinhada ao objetivo estratégico no sentido de aumentar a segurança e a eficácia nas contratações de serviços.

Objeto: Contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes, de acordo com a legislação em vigor e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia/SP	Donizeti de Carvalho Rosa

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Prover condições de maior segurança no Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo e no Complexo da Vila Maria (Depósito) com a formação e treinamento de Brigada de Incêndio para atuação nessas edificações, que estão sob a jurisdição da SRA/SP, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, material e documental, reduzindo os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.

b) No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não:

Prestação deste serviço trata-se de contratação de serviços de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.

A justificativa da natureza continuada para esta contratação, referimos à jurisprudência do Tribunal de Contas da União que indica a essencialidade para assegurar a integridade como um dos requisitos para enquadramento do serviço no conceito de natureza continuada. Sobre os pressupostos para caracterização do serviço de natureza contínua, o TCU se manifesta nos seguintes termos:

"A definição como serviço de caráter contínuo deverá ser efetivada a partir da análise de cada caso concreto e de acordo com características e necessidades da instituição contratante". Acórdão 4614-2008 – Segunda Câmara.

"O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional." Acórdão 10138-2017 – Segunda Câmara.

Dessa forma, a fim de assegurar a integridade das pessoas e do patrimônio público, o serviço objeto desta licitação está sendo especificada a contratação de natureza continuada na forma estabelecida no Termo de Referência que compõe o Edital de Licitação.

c) Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade, quando couber, previstos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

d) Avaliar a duração do contrato:

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

e) Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não há eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

6. Levantamento de Mercado

Para o presente caso, a solução adotada para a contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes é de fácil localização e bem praticada no mercado com vários prestadores.

Portanto, não limita a participação dos interessados, possibilitando assim a ampla concorrência.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes, de acordo com a legislação em vigor e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Para que a contratação produza os efeitos pretendidos pela administração, que é a de proporcionar condições de aumentar as condições de segurança no Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo e no Complexo da Vila Maria com a formação e treinamento de Brigada de Incêndio, serão necessárias as seguintes realizações:

- Composição de Brigada de Incêndio e emissão de documentação com descritivo dos serviços realizados;
- Cursos de Treinamento de Brigada de Incêndio em níveis adequados;
- Reuniões ordinárias mensais;

- Reuniões extraordinárias;
- Realização de exercício Simulado de Abandono de Imóvel;
- Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso;
- Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista;

Todas as unidades de medidas e dimensões apresentadas neste estudo preliminar servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA em proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços objeto deste estudo.

Modelo de execução do objeto:

A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista na **Instrução Técnica n.º 17/2019** do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e **seus anexos**.

Para início dos serviços será realizada uma reunião inicial entre Comissão de Fiscalização e Contratada para definições e planejamento das atividades a serem executadas.

Os serviços serão realizados nos Edifícios do Ministério da Economia em São Paulo: Edifício SEDE, localizado na Avenida Prestes Maia, nº 733, CEP: 01031-001 – São Paulo/SP; e Complexo da Vila Maria, localizado na Rua Eli, nº 1172, Vila Maria, CEP: 02114-012 - São Paulo/SP.

A formação da brigada e os treinamentos obedecerão rigorosamente às normas e códigos vigentes e aplicáveis aos serviços em pauta, sendo que as especificações da ABNT e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros serão consideradas como elemento base para definição. As edificações da SRA/SP por se tratarem de ambientes de serviço institucional, de acordo com o Anexo A, Tabela A.1 - Composição mínima da Brigada de Incêndio por pavimento, níveis de treinamento e da instalação - da Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo n.º 17/2019.

Também serão observadas, no que couber, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis:

- As Normas e especificações constantes no presente termo;
- As Normas internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT; e
- As Normas do Ministério.

Dos Serviços:

Inicialmente, a ser considerada apenas no primeiro ano de vigência, deverá ser elaborada documentação, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, contemplando todas as atividades previstas na IT 17/2019.

As atividades previstas para a contração são: composição da brigada de incêndio; organização da brigada; organograma da brigada de incêndio; programa do curso de brigada de incêndio; atribuições da brigada de incêndio; procedimentos básicos de emergência; controle do programa de brigada de incêndio; procedimentos complementares; implantação da brigada de incêndio; e certificação e avaliação.

Conforme exigências do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Norma Brasileira 14.276/99, Portaria do Ministério do Trabalho 3214 de 08 de Junho de 1978, Norma Regulamentadora NR23 e IT 17 – item 5.9.1 ou outras normas que porventura vierem a substituí-las, a CONTRATADA deverá em conjunto com a Brigada de Incêndio elaborar Plano de Abandono de Área que permita o rápido e seguro abandono de áreas sinistradas.

Caberá à CONTRATANTE convocar e exigir o comparecimento dos brigadistas treinados, a fim de alinhar os detalhes para a simulação do abandono. Os Brigadistas realizarão as ações práticas dos simulados de abandono de área sob a supervisão da CONTRATADA, sendo envolvidos todos os ocupantes da edificação. Os órgãos competentes tais como o Corpo de Bombeiro, CET e outros, em caso de necessidade, deverão ser comunicados pelos setores responsáveis da CONTRATANTE sob orientação da CONTRATADA. O desempenho deve seguir o especificado nas normas vigentes.

Dos Treinamentos de Brigada de Incêndio:

Para atuação, nas edificações da SRA/SP (Edifício Sede e Complexo da Vila da Maria), na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio, conforme currículo mínimo exigido na Instrução Técnica Normativa nº 17/2019 - Brigada de Incêndio - do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Deverão ser selecionados candidatos que atendam ao maior número possível dos requisitos previstos no item 5.2 da IT 17/2019.

O treinamento deverá ser ministrado por profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio deve ser em conformidade com o subitem 5.4.6 da Instrução Técnica n.º 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

A CONTRATADA deverá elaborar uma lista de presença, contemplando a identificação da turma, data do treinamento, nome do participante e campo para assinatura, que será disponibilizada a CONTRATANTE em conjunto com a certificação.

Modalidade e carga horária: Para fins de instrução prática e teórica, os grupos/turmas de alunos do curso de formação ou atualização da brigada de incêndio devem ser compostos de, no máximo, 30 (trinta) alunos.

O treinamento deverá ser realizado na modalidade presencial (teórica e prática) e terá a duração de no máximo 2 (dois) dias, com no mínimo 3 (três) horas de treinamento total por dia, computados eventuais atrasos e/ou intervalos, de acordo com o módulo e carga horária mínima por nível de treinamento (tabela B.2 do Anexo B da IT 17/2019). Deverá ser realizado durante o horário administrativo, previamente acordado com a CONTRATANTE.

As datas e quantidades de turmas deverão ser definidas previamente com a CONTRATANTE.

O conteúdo programático deverá seguir conforme detalhado no item 8.1.1.1., da Instrução Técnica n.º 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Treinamento Teórico: conteúdo programático será fornecido aos alunos, em formato eletrônico, contendo no mínimo: apostila com o conteúdo abordado, slides da apresentação, avaliações do treinamento, fotos e vídeos de livre acesso na internet com demonstrativos de incêndio; bloco de anotação sem pauta; caneta esferográfica.

Treinamento prático: Para o treinamento prático de incêndio a CONTRATADA deverá dispor de no mínimo os insumos e equipamentos previstos na tabela A.2 do Anexo A da IT 17/2019, incluída acima.

Os treinamentos serão realizados nas instalações das unidades da SRA/SP, relacionadas no item 8.1.2, devendo ser observadas as restrições características dos imóveis.

Das Reuniões:

Reuniões ordinárias mensais: A CONTRATADA deverá organizar e promover reuniões ordinárias mensais com os líderes da brigada, com registro em ata, dos assuntos que serão discutidos, conforme definidos na IT Nº17, item 5.7.1, ou outra norma que porventura vier a substituí-la. A Contratada deverá providenciar a elaboração de relatórios e consultoria, conforme a necessidade.

Reuniões extraordinárias: A CONTRATADA em conjunto com os líderes da brigada, após a ocorrência de um sinistro, ou quando identificada uma situação de risco iminente, deverão realizar uma reunião extraordinária para discussão e providências a serem tomadas. As decisões tomadas deverão ser enviadas às áreas competentes para as providências pertinentes. A Contratada deverá providenciar a elaboração de relatórios e consultoria, conforme a necessidade.

Exercício simulado de abandono de área:

Deve ser realizado, no mínimo a cada 12 meses, com a participação de toda a população da edificação. Após o exercício, a CONTRATADA deverá convocar reunião extraordinária com a brigada de incêndio para avaliação e correção das falhas ocorridas, elaborando ata na qual conste: horário do evento, tempo gasto no abandono, tempo gasto no retorno, tempo gasto no atendimento de primeiros socorros, atuação da brigada, comportamento da população, ajuda externa, quando possível, falhas de equipamentos, falhas operacionais e demais problemas levantados na reunião.

A CONTRATADA deverá verificar se o Plano de Abandono de Área foi devidamente executado e se a brigada realizou as orientações necessárias a população da edificação para um abandono seguro.

Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio:

Quadro de Brigadistas: A CONTRATADA após a formação da Brigada de incêndio, deverá fornecer quadro emoldurado e com visores de material liso e transparente, contendo fotos impressas em papel fotográfico e nomes dos brigadistas responsáveis pelo respectivo andar e planta geral do pavimento, com informações relevantes a ser apresentado previamente à CONTRATANTE para aprovação.

Identificação do brigadista: A CONTRATADA deverá fornecer identificação aos brigadistas, conforme itens relacionado a seguir:

- a) Identificação pessoal através do fornecimento de braçadeira, colete, capacete, bonés ou botton, a ser previamente apresentada e aprovada pela CONTRATANTE.
- b) identificação do local de trabalho do brigadista através de: placas acrílicas, bandeirinha de mesa em tecido com sublimação do emblema da brigada de incêndio com base e haste, para identificação de membros da Brigada de Incêndio ou outra solução, a ser previamente apresentada e aprovada pela CONTRATANTE.

Dos prazos para execução:

O serviço deverá ser executado e concluído nos prazos definidos abaixo:

- a) Composição da Brigada de Incêndio e emissão de relatório: 60 (sessenta) dias;
- b) Recebimento e avaliação do item a): 15 (quinze) dias;
- c) Curso de Formação ou Treinamento da Brigada de Incêndio: 30 (trinta) dias;
- d) Reuniões ordinárias mensais: após a conclusão do item c);
- e) Reuniões extraordinárias: após a conclusão do item c);
- f) Exercício simulado de abandono de área: após a conclusão do item c);
- g) Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso: 15 (quinze) após a conclusão do item c);
- h) Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista: 15 (quinze) após a conclusão do item c) e conforme item 8.2.8 do Termo de Referência.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Dos quantitativos: Os quantitativos poderão ser alterados conforme a necessidade.

Do horário de trabalho:

Haverá uma reunião inicial com a comissão da fiscalização da CONTRATANTE para a definição e planejamento das atividades a serem executadas.

A CONTRATADA deverá respeitar os horários definidos pela CONTRATANTE para a execução dos serviços.

Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Garantia de Execução:

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

Definiu-se pela não exigência de garantia, pois a prestação do serviço objeto desse termo de referência é de baixa complexidade, com baixo custo estimado, e de fácil aferição pela equipe de fiscalização da Contratante, sendo que o pagamento deste serviço será realizado ao final de cada etapa, de acordo com a sua unidade.

Identificação de necessidade da Contratada de promover a transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não será necessária transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Vistoria facultativa:

Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria técnica nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas, que deverá ser previamente agendada.

Critérios de qualificação técnica:

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Comprovação da capacitação técnico-profissional: Declaração da empresa de que apresentará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato, comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio, devendo possuir uma das seguintes qualificações, em conformidade com o subitem 5.4.6 da Instrução Técnica n.º 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:

- a) formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho;
- b) o médico e o enfermeiro do trabalho exclusivamente pelo treinamento de primeiros socorros;
- c) para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formado no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).

O profissional habilitado deverá obrigatoriamente ser credenciado no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, conforme Portaria do Cmt do CBMESP.

Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

Deverá haver a comprovação que realizou treinamento para **Formação de 01 (uma) Brigada de Incêndio**.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.
1.1	Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP		
1.1.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00
1.1.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00
1.1.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00
1.1.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00
1.1.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00
1.1.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00
1.1.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	23,00
1.1.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	184,00
1.2	Complexo da Vila Maria		
1.2.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00
1.2.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00
1.2.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00
1.2.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00
1.2.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00
1.2.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00
1.2.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	2,00
1.2.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	9,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Para elaboração da estimativa e obtenção de preços referenciais, a metodologia seguirá o Capítulo II da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, e se encontrará detalhada em documento próprio inserido no processo SEI nº 10880.100491/2022- 05.

Estimativa de Valor da Contratação: **R\$ 110.933,05 (Cento e dez mil novecentos e trinta e três reais e cinco centavos).**

Para se obter essa estimativa, recorreremos a pesquisa de preços de mercado com empresas prestadoras do serviço pretendido, porém desde já observamos que em momento oportuno, previamente a conclusão do Termo de Referência, a pesquisa de preços será realizada e detalhada em documento próprio de consolidação de pesquisa consoante orientação contida no Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de Agosto de 2020:

“A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:”

- I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/pannel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;”
- II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;
- Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Assim, após a elaboração do orçamento de referência, os valores máximos aceitáveis serão aqueles previstos na planilha de preços do item 1.1 do Termo de Referência, conforme planilha abaixo e alterados de acordo com o Parecer nº 9466 (SEI 25680057) e orientação do DRL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1.1	Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP				
1.1.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$ 4.912,00	R\$ 4.912,00
1.1.2	Curso de Formação/Atualização: <u>Objetivos Parte Teórica</u> para Treinamento da Brigada de Incêndio (<u>Nível Intermediário</u>), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$ 2.100,00	R\$ 16.800,00
1.1.3	Curso de Formação/Atualização: <u>Objetivos Parte Prática</u> para Treinamento da Brigada de Incêndio (<u>Nível Intermediário</u>), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$ 2.465,00	R\$ 19.720,00
1.1.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$ 995,60	R\$ 11.947,20
1.1.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$ 1.205,60	R\$ 2.411,20
1.1.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3 da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$ 3.660,00	R\$ 3.660,00
1.1.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	23,00	R\$ 198,43	R\$ 4.563,89
1.1.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	184,00	R\$ 99,50	R\$ 18.308,00
1.2	Complexo da Vila Maria				
1.2.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$ 4.912,00	R\$ 4.912,00
1.2.2	Curso de Formação/Atualização: <u>Objetivos Parte Teórica</u> para Treinamento da Brigada de Incêndio (<u>Nível Básico</u>), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$ 1.908,00	R\$ 1.908,00
1.2.3	Curso de Formação/Atualização: <u>Objetivos Parte Prática</u> para Treinamento da Brigada de Incêndio (<u>Nível Básico</u>), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$ 2.480,00	R\$ 2.480,00
1.2.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$ 995,60	R\$ 11.947,20
1.2.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$ 1.205,60	R\$ 2.411,20
1.2.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3 da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$ 3.660,00	R\$ 3.660,00
1.2.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	2,00	R\$ 198,43	R\$ 396,86
1.2.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	9,00	R\$ 99,50	R\$ 895,50

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Assessoria para composição e manutenção mensal da Brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019 e itens constante da tabela acima.	Mensal	12,00	R\$ 9.244,42	R\$ 110.933,05
TOTAL					R\$110.933,05

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário. O critério de julgamento da proposta será o menor preço do item.

As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após a realização dos estudos necessários, verificou-se o descabimento da divisão da solução, conforme segue demonstrado:

- Os serviços estão inter-relacionados entre si, pois são compostos de uma sequência de ações para formação da Brigada de Incêndio, onde uma mesma empresa deve seguir a dinâmica prevista na **Instrução Técnica n.º 17/2019** do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e seus anexos, o que será tecnicamente e economicamente viável, sendo certo que a correlação dos itens em um único lote trará mais vantagens e benefícios para a administração pública, garantindo melhores condições para a realização dos serviços com qualidade, otimização para acompanhamento e fiscalização;
- Do ponto de vista de viabilidade técnica, é inviável realizar contratações separadas, visto que a presente solução não comporta o parcelamento sem que haja o comprometimento do seu conjunto;

Na justificativa da inviabilidade econômica da divisão da solução verifica-se que é mais vantajoso a empresa oferecer os serviços conjuntamente, uma vez que, com o parcelamento do objeto se perceberia mais que um contrato para objetos semelhantes, senão idênticos, e principalmente, complementares, a preços mais elevados, ou seja, se perderia a tão desejada economia de escala, tornando a contratação do objeto mais cara.

Conclui-se que esta licitação será realizada em item único incluindo os serviços necessários para a perfeita execução do objeto.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação foi prevista na planilha "Reparos, Adaptações e Aquisições 2019-2022" (Documento SEI nº 23461085 - Linha 21), processo SEI nº 12600.105811/2019-34. No entanto, por orientação da Coordenação-Geral de Monitoramento de Orçamento e Contratos, conforme despacho (Documento SEI nº 25985645), a despesa trata-se de caráter continuado, tendo sua previsão orçamentária na Certificação de Disponibilidade Orçamentária

13. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos com a contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes, é formar e treinar Brigadas de Incêndios proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, com a prevenção e o combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros.

14. Providências a serem Adotadas

Acreditamos que não há necessidade de providências adicionais para realização dos serviços, inclusive as de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades, uma vez que todas as necessidades para liberação de espaços já foram previstas nesta pretendida contratação.

O objeto será realizado nas dependências da CONTRATANTE.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impacto ambiental uma vez que os serviços serão realizados em área interna dos imóveis.

Cabe ressaltar que, no caso de serem gerados materiais inertes, será de responsabilidade da contratada o descarte em locais devidamente licenciados para o seu recebimento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada aos imóveis sob competência da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo - SRA/SP).

17. Responsáveis

PORTARIA ME-SGC-SRA/SP Nº 2852, DE 31 DE MARÇO DE 2022

MARCIO RODRIGO GASPARIN
EQENG/DRL/SRA-SP

PORTARIA ME-SGC-SRA/SP Nº 2852, DE 31 DE MARÇO DE 2022

EDUARDO LUIZ RONCHETE DA SILVA
EQENG/DRL/SRA-SP

PORTARIA ME-SGC-SRA/SP Nº 2852, DE 31 DE MARÇO DE 2022

PAULO VICTOR MELO SAMPAIO
EQENG/DRL/SRA-SP

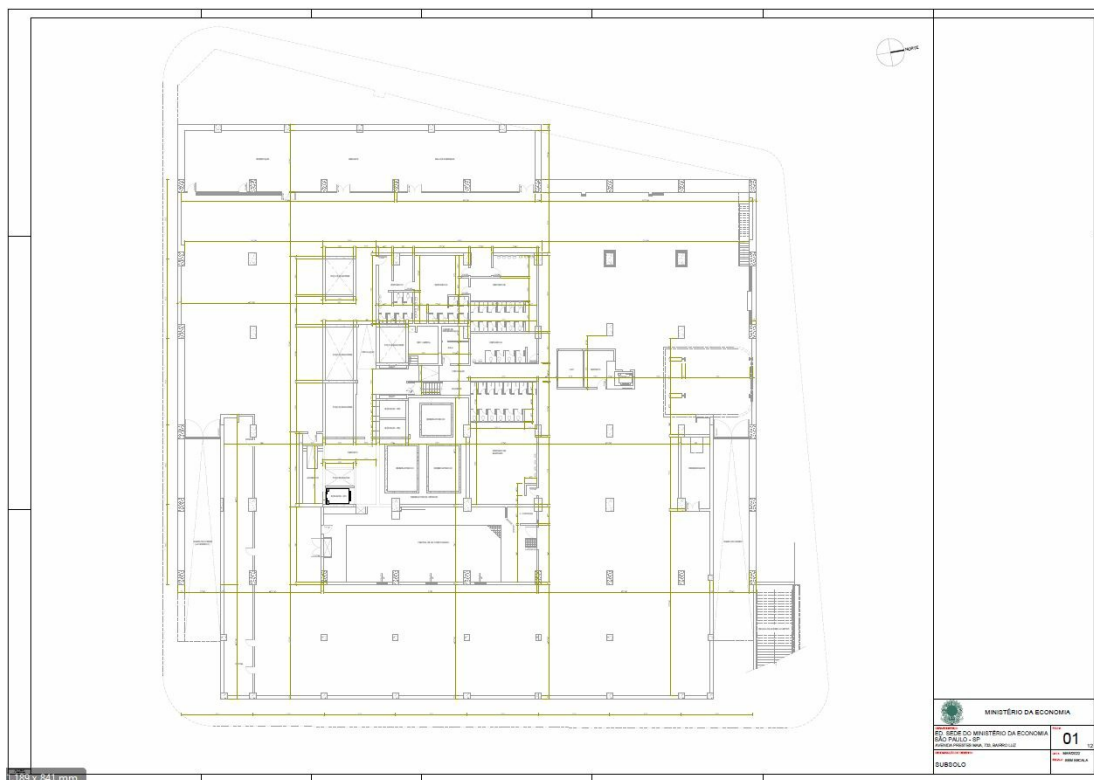
CELSO FERNANDES
Responsável pela EQENG/DRL/SRA-SP

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS
Gerente da DRL/SRA-SP

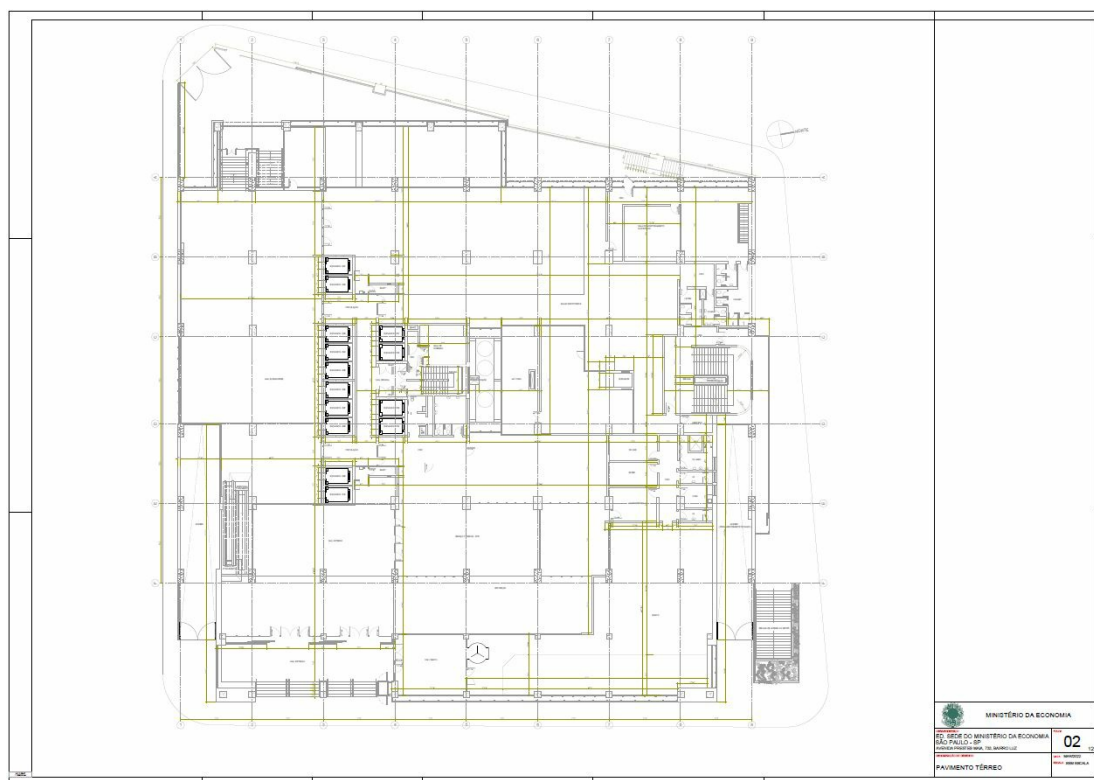
DONIZETI DE CARVALHO ROSA
Superintendente da SRA-SP

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANTA DE LEIAUTE DOS PAVIMENTOS - EDIFÍCIO SEDE E COMPLEXO DA VILA MARIA;

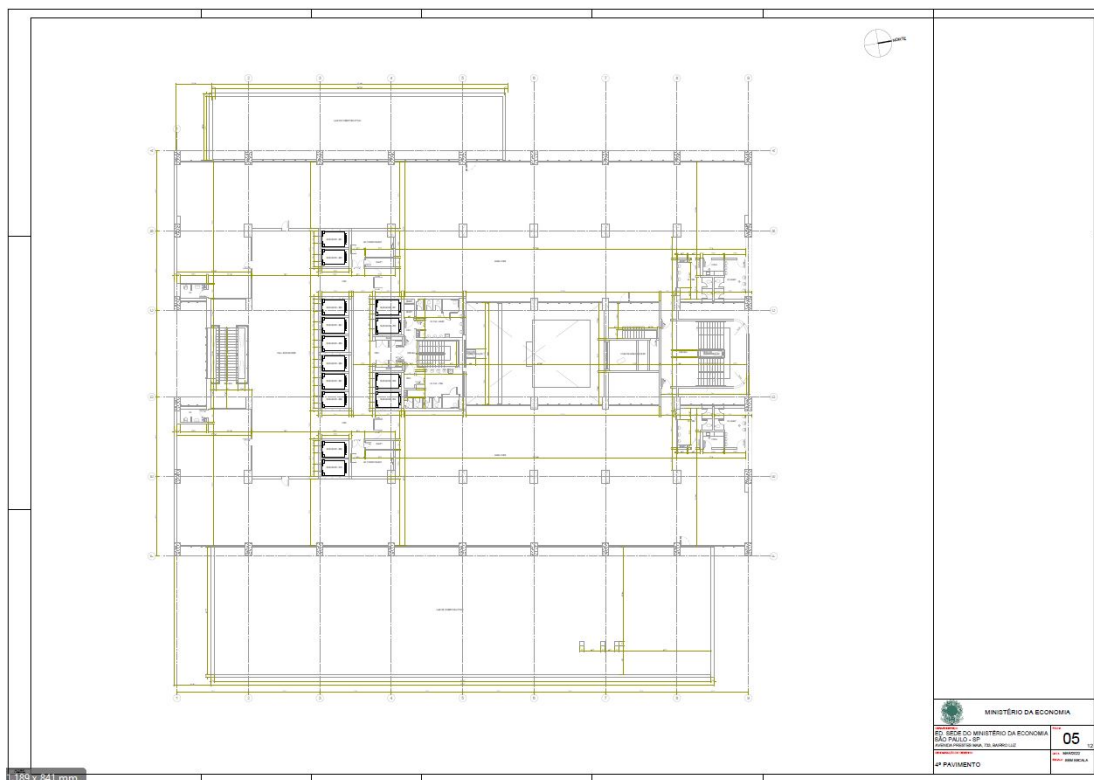
PLANTA 01 - SUBSOLO



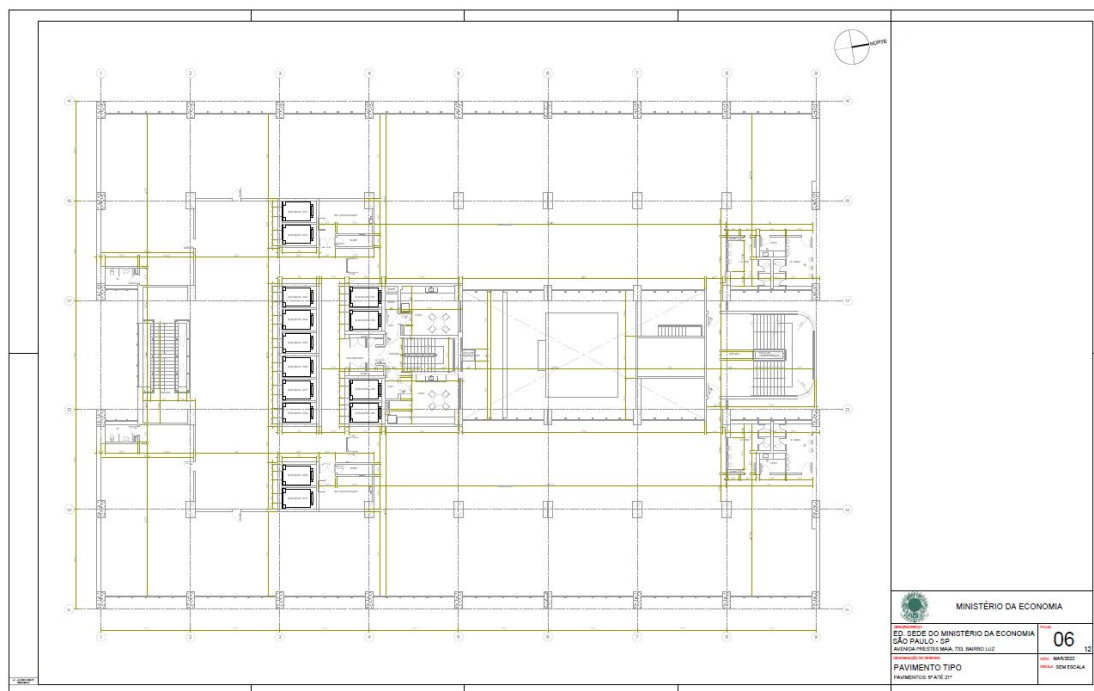
PLANTA 02 - PAVIMENTO TÉRREO



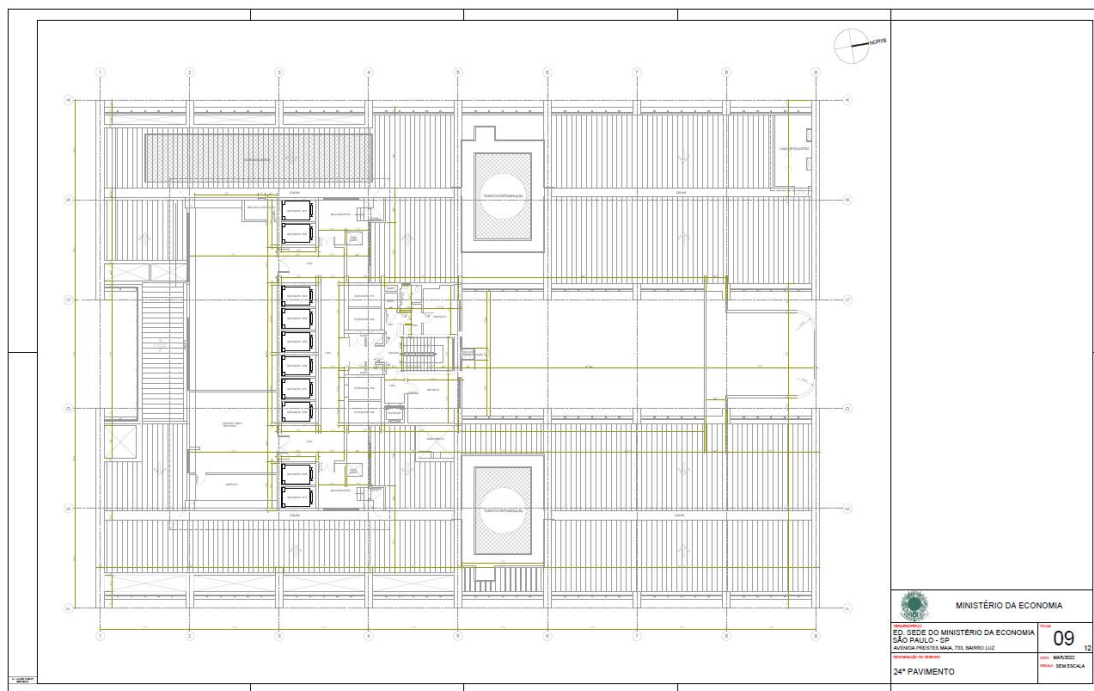
PLANTA 03 - 2º PAVIMENTO



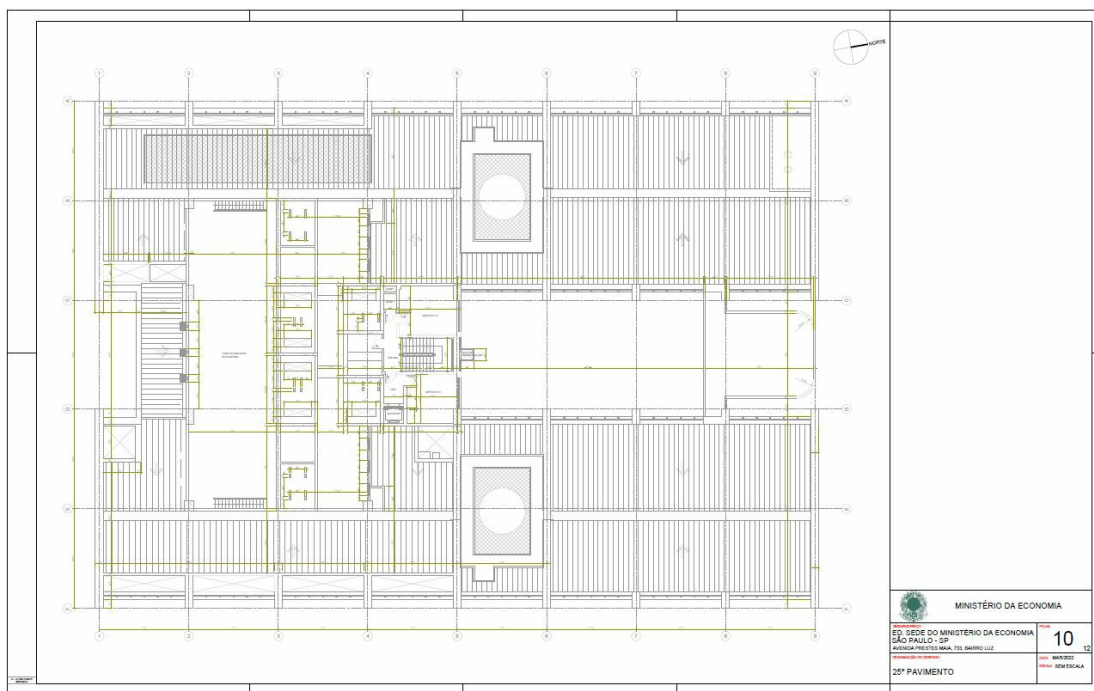
PLANTA 06 - 5º AO 21º PAVIMENTOS



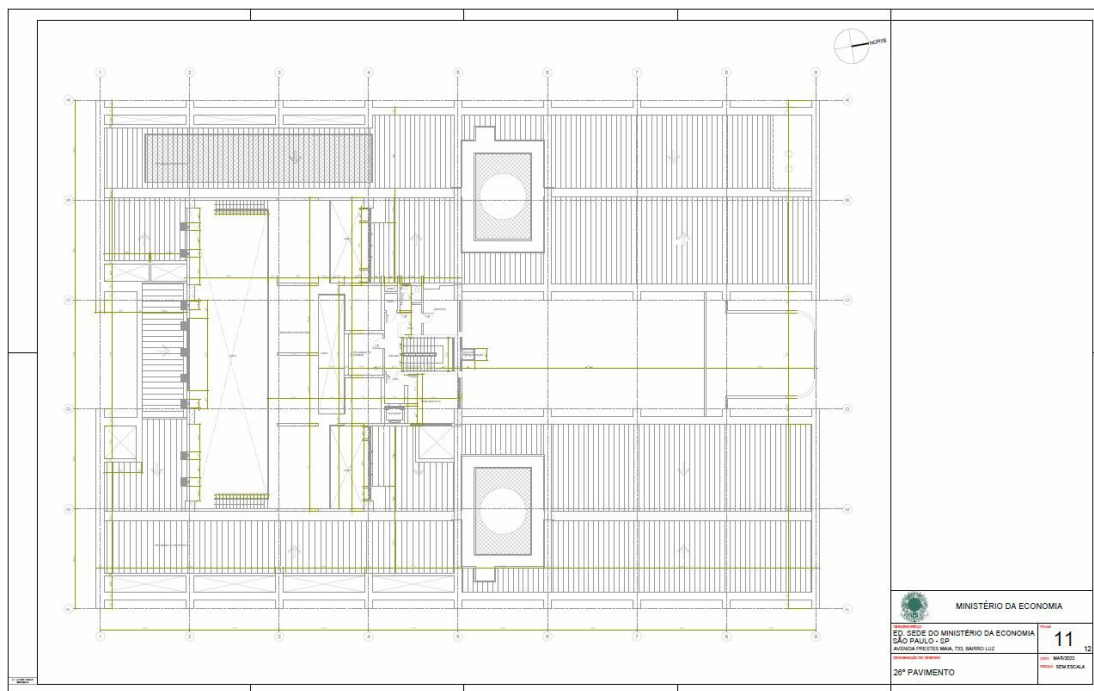
PLANTA 07 - 22º PAVIMENTO



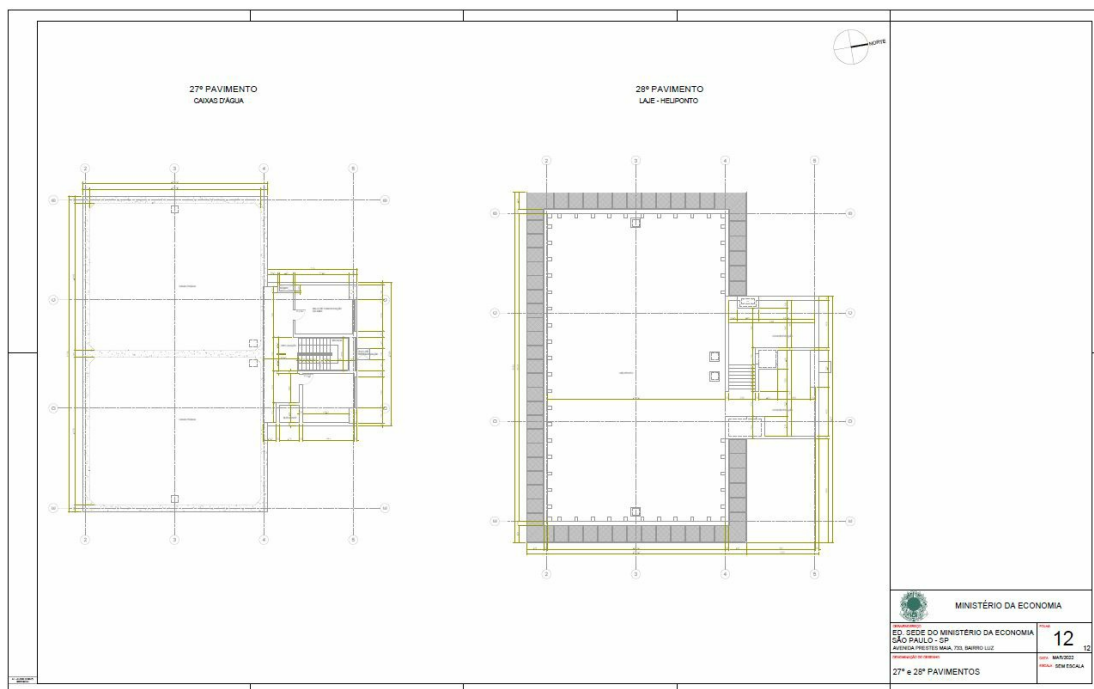
PLANTA 10 - 25º PAVIMENTO



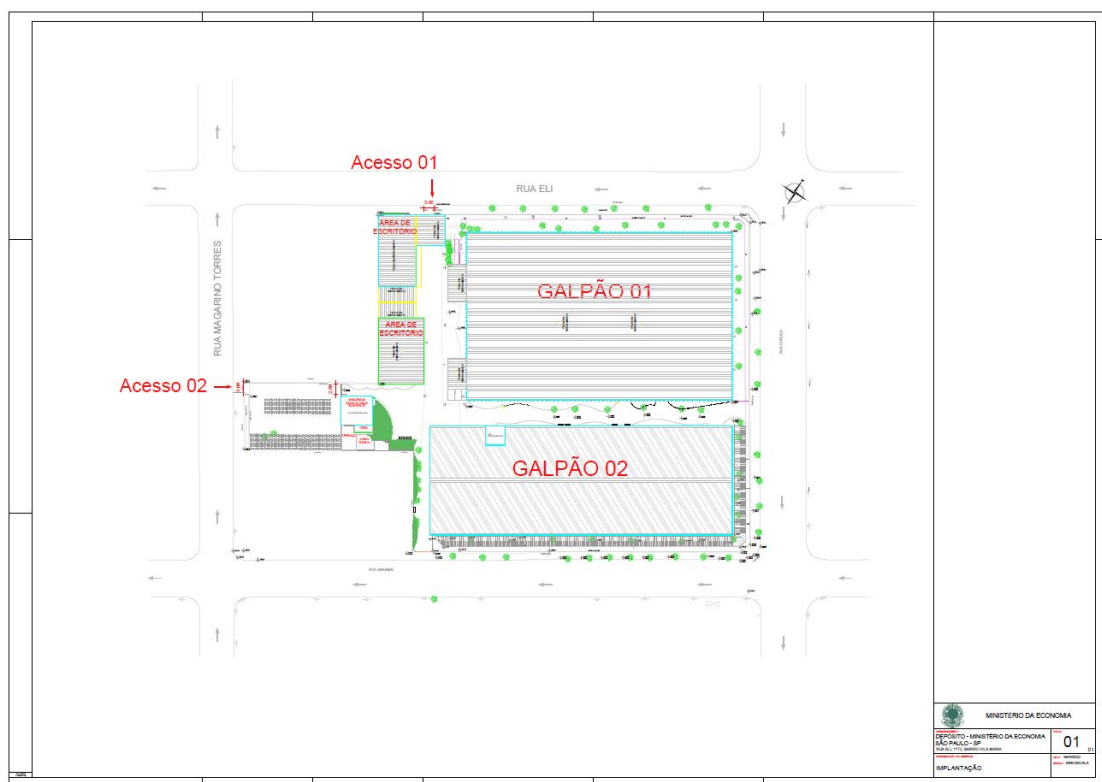
PLANTA 11 - 26º PAVIMENTO



PLANTA 12 - 27º E 28º PAVIMENTOS



PLANTA 13 - COMPLEXO DA VILA MARIA



ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Modelo Anexo V-B, da Instrução Normativo nº 5, de 26 de maio de 2017

Indicador	
Nº 01 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 1 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	60 (sessenta) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Conferência das documentações de prestação de serviço e acompanhamento da fiscalização.
Periodicidade	60 (sessenta) dias, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	N° de dias de execução/60 dias = X
Início da Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço.
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 02 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 2.1 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	30 (trinta) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 1 (Composição de Brigada)
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 03 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 2.2 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	Uma reunião a cada 30 (trinta) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 1 (Composição de Brigada)
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 04 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 2.3 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	Uma reunião a cada 30 (trinta) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 1 (Composição de Brigada)
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 05 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 2.4 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	Uma reunião a cada 30 (trinta) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 1 (Composição de Brigada)
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 06 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 3 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	02 (dois) dias = 100% (cem) por cento. Executado mensalmente após realização do curso de Treinamento de Brigada
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços e conferência da Ata da Reunião.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 2 (Treinamento da Brigada).
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 07 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 4 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	02 (dois) dias = 100% (cem) por cento. Executado mensalmente após realização do curso de Treinamento de Brigada
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços e conferência da Ata da Reunião.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 2 (Treinamento da Brigada).
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 08 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 5 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	02 (dois) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração da execução dos serviços e conferência da Ata da Reunião.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 2 (Treinamento da Brigada).
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 09 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 6 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	Entrega em 15 (quinze) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração de fornecimento dos itens e execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 2 (Treinamento da Brigada).
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

Indicador	
Nº 10 - Instrumento de Medição de Resultado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento da execução do item 7 no prazo e qualidade aceitável.
Meta a cumprir	Entrega em 15 (quinze) dias = 100% (cem) por cento.
Instrumento de Medição	Apuração da execução dos serviços conforme Modelo de Execução do Objeto.
Forma de acompanhamento	Apuração de fornecimento dos itens e execução dos serviços.
Periodicidade	Mensal, conforme modelo de execução do objeto.
Mecanismo de cálculo	Execução do objeto/unidade de medida (planilha) = X
Início da Vigência	Após a conclusão do item 2 (Treinamento da Brigada).
Faixas de Ajuste no Pagamento	X até 1 - 100% do valor contratado De 1 a 1,5 - 95% do valor contratado De 1,5 a 2 - 90% do valor contratado
Sanções	As previstas no item 21 do Termo de Referência.
Observações	

ANEXO II DO EDITAL - MODELO DO TERMO DE CONTRATO

MODELO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO D
..... E A EMPRESA

A União, por intermédio da Superintendência da Regional de Administração do Ministério da Economia em São Paulo – SRA/SP, com sede na Avenida Prestes Maia, nº 733, na cidade de São Paulo - SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.460/0024-38, neste ato representada pelo Sr. EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS, Gerente da Divisão de Recursos Logísticos, nomeado(a) pela Portaria nº 309, de 28 de julho de 2006, publicada no DOU de 30 de junho de 2006,

inscrito(a) no CPF nº 884.629.199-91, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.786.438-0, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela(o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes** nos imóveis administrados pela Superintendência de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (Edifício Sede e Complexo da Vila Maria), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM ÚNICO					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assessoria para composição e manutenção mensal da Brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019 e itens constante da tabela acima.	MENSAL	12	R\$	R\$
				Valor TOTAL:	R\$

1.3.1. Detalhamento da tabela do item 1.3.

ITEM ÚNICO						
DETALHAMENTO DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1.1	Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP					
1.1.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$		R\$
1.1.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$		R\$
1.1.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$		R\$
1.1.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$		R\$
1.1.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$		R\$
1.1.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3 da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$		R\$
1.1.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	23,00	R\$		R\$
1.1.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	184,00	R\$		R\$
1.2	Complexo da Vila Maria					
1.2.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$		R\$
1.2.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$		R\$
1.2.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$		R\$
1.2.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$		R\$
1.2.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$		R\$

1.2.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$	R\$
1.2.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	2,00	R\$	R\$
1.2.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	9,00	R\$	R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 25000 - Ministério da Economia
- Fonte: 0300
- Programa de Trabalho: 0032
- Elemento de Despesa: 339039
- Plano Interno: S6421UNIDES

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO (VISTORIA FACULTATIVA)

A empresa _____, C.N.P.J. Nº _____, DECLARA que tem conhecimento de todas as informações e das condições dos seguintes locais: _____, situadas nos endereços informados no Termo de Referência, que me

foram mostrados todos os detalhes pesquisados, foi-me dado acesso a todos os locais relevantes para a elaboração da proposta, que foram fornecidas todas as informações por mim solicitadas, bem como prestados os esclarecimentos desejados para o **PREGÃO ELETRÔNICO SRA/SP Nº 13/2022**.

....., ... de..... de 20....

Representante Legal
Nome: _____

CPF: _____

ANEXO IV DO EDITAL- FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

DADOS DO LICITANTE VENCEDOR

Razão Social da Empresa	
CNPJ/MF sob nº	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do Banco	
Agência	
Conta Corrente	

DADOS DO PROCURADOR OU PROPRIETÁRIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO, CONFORME CONSTA NO CONTRATO SOCIAL OU NA PROCURAÇÃO

NOME	
PROFISSÃO/CARGO	
NACIONALIDADE	
ESTADO CIVIL	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
CPF e ORGÃO EXP.	

OUTRAS OBSERVAÇÕES QUE JULGAR RELEVANTE

ANEXO V DO EDITAL - TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE SEI

TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

(Cadastro de Usuários Externos no SEI do Ministério da Fazenda)

Nome Completo do Usuário:

Documento de Identidade: CPF:

E-mail: Telefone:

Endereço: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Solicita acesso ao(s) processo(s) número(s):

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do Ministério da Fazenda (<http://fazenda.gov.br/sei/usuario-externo>) e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (assinatura), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que os dados aqui informados são verdadeiros e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo justificada, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
II - a conformidade entre os dados informados neste formulário e os constantes no cadastro e nos documentos apresentados;
III - as condições da rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas.

Para que o cadastro seja liberado, o Usuário deve apresentar em uma das unidades de Protocolo do Ministério da Fazenda ([consulte os endereços aqui](#)):

- o original do presente Termo assinado conforme documento de identificação apresentado (exceto para processos em trâmite no CRSFN e no CRSNSP);
- cópia de RG e CPF ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF;
- cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica, quando for o caso;
- cópia de procuração com poderes específicos para representação do interessado, quando for o caso;
- no caso de procurador de pessoa física, apresentar também cópia do RG e CPF do subscritor, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF.

Observações:

a) para processos em andamento no CRSFN, apresentar o formulário indicado neste [link](#);

b) para processos em trâmite no CRSNSP, apresentar o formulário indicado neste [link](#).

Atenção: Alternativamente, os documentos acima indicados poderão ser entregues por correspondência, a ser endereçada à Coordenação de Documentação e Informação (CODOC/COGRI), localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 3º andar, sala 339, Brasília/DF, CEP: 70059-900.

Caso, no Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, não tenha sido informado o número do processo do qual é interessado, o usuário externo deve entrar em contato com a unidade onde tramita esse processo para requerer acesso ao seu conteúdo. Em caso de dúvidas, entrar em contato com sei@fazenda.gov.br, informando o número do processo para aplicar o atendimento.

Cidade/UF: Data:

Assinatura do Usuário

ANEXO VI DO EDITAL - PLANILHA MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO					
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SRA/SP					
(Processo Administrativo nº 10880.100491/2022-05)					
DO OBJETO: contratação dos serviços de empresa especializada em Assessoria para composição e manutenção de brigadas de incêndio, contemplando os treinamentos para Formação e para Reciclagem da Brigada, realização de reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias (anuais, e conforme necessidade), exercícios simulados, fornecimento de identificação e demais atividades pertinentes nos imóveis administrados pela Superintendência de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (Edifício Sede e Complexo da Vila Maria) e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos:					

ITEM ÚNICO					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assessoria para composição e manutenção mensal da Brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019 e itens constante da tabela acima.	MENSAL	12	R\$	R\$
				Valor TOTAL:	R\$

Detalhamento da tabela acima.

ITEM ÚNICO						
DETALHAMENTO DO ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1.1	Edifício Sede do Ministério da Economia em São Paulo/SP					
1.1.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$	R\$	
1.1.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$	R\$	
1.1.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	8,00	R\$	R\$	
1.1.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$	R\$	
1.1.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$	R\$	

1.1.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$	R\$
1.1.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	23,00	R\$	R\$
1.1.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	184,00	R\$	R\$
1.2	Complexo da Vila Maria				
1.2.1	Composição de brigada de Incêndio, contemplando as atividades previstas na IT 17/2019, para cada imóvel administrado pela SRA/SP, incluindo entrega de documentação (Organização, organograma, programa dos cursos e atribuições da brigada de incêndio, procedimentos básicos de emergência e planos de abandono de área).	un.	1,00	R\$	R\$
1.2.2	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Teórica para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$	R\$
1.2.3	Curso de Formação/Atualização: Objetivos Parte Prática para Treinamento da Brigada de Incêndio (Nível Básico), conforme item 5.4 da IT 17/2019, com no máximo 30 participantes.	turmas	1,00	R\$	R\$
1.2.4	Reuniões ordinárias (conforme item 5.7.1 da IT 17/2019).	un.	12,00	R\$	R\$
1.2.5	Reuniões extraordinárias (conforme item 5.7.2 e 5.7.3.1 da IT 17/2019).	un.	2,00	R\$	R\$
1.2.6	Exercícios simulados de Abandono do Imóvel (conforme item 5.7.3.da IT 17/2019).	un.	1,00	R\$	R\$
1.2.7	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de quadros de aviso, conforme item 5.8.1.1 da IT 17/2019.	cj	2,00	R\$	R\$
1.2.8	Fornecimento de Identificação da brigada de incêndio, através de identificação do brigadista (local e pessoal), conforme item 5.8.1.2 ao 5.8.1.4 da IT 17/2019.	cj	9,00	R\$	R\$

São Paulo, 17 de novembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente

Pregoeiro-SRA-SP



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ferreira Cajuhi, Responsável pelo Setor**, em 27/12/2022, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29537709** e o código CRC **AC94FB49**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados sem mão de obra
Atualização: Fevereiro/2022

Referência: Processo nº 10880.100491/2022-05.

SEI nº 29537709